

4 Descrições definidas: deflacionismo vs. inflacionismo

O objetivo do capítulo 3 é defender uma concepção deflacionista de descrições. De acordo com essa concepção, as descrições definidas não codificam unicidade. Embora possam ser usadas para implicar (conversacionalmente) unicidade, descrições definidas não expressam unicidades. Elas expressam apenas existência. Nesse capítulo, argumentamos também que nossa versão da teoria deflacionista é preferível à de Szabó e à de Ludlow e Segal. O leitor deve ter em mente que o capítulo 3 segue-se naturalmente dos capítulos 1 e 2. As considerações que usadas contra a tese da natureza semântica da unicidade de descrições são, basicamente, aquelas que usamos contra a tese da natureza semântica do uso referencial.

A conclusão do capítulo anterior foi que descrições definidas são expressões de generalidade ou, se preferirmos, expressões de quantificação. Afirmar que descrições têm “significados” referenciais e não apenas usos referenciais é um erro. Os filósofos que fizeram isso confundiram fatos semânticos com fatos pragmáticos.

Em certo sentido, essa confusão pode ser vista como uma importante motivação para a teoria de Grice: “meu trabalho sobre a ideia de implicatura conversacional . . . enfatizou a importância de distinguir (em termos não muito precisos) aquilo que nossas palavras dizem ou implicam daquilo que nós, ao proferi-las, implicamos” (1988, p. 59).

Recentemente, autores como Szabó (2000, 2003) Ludlow e Segal (2004) sustentaram que a própria teoria das descrições definidas de Russell envolveria uma confusão semelhante. A ideia básica desses autores é simples: descrições definidas apenas expressariam existência. Elas não expressariam unicidade.

Embora pareça pouco intuitiva, há várias razões para se levar a sério essa nova teoria. Antes de examinarmos essas razões, entretanto, vamos examinar tal teoria em detalhes.

4.1

O que é uma teoria deflacionista de descrições definidas?

Defenderemos não há diferença entre as condições de verdade de um proferimento de “um F é G” e um de “o F é G”. Ambos serão verdadeiros se (em relação ao contexto do proferimento) pelo menos um F for G. De forma um pouco diferente, podemos dizer que a contribuição proposicional de “um F” e de “o F” é simplesmente “(Ex) (Fx & ...x)”. A implicação de unicidade que acompanha alguns usos de descrições definidas é, portanto, pragmática: ela não faz parte de sua contribuição proposicional nem afeta as condições de verdade de proferimentos. Para usar uma frase de Ludlow e Segal: quando consideramos descrições definidas, “there is *less* semantic structure than meets the eye” (2004, p. 421).

Assim, um proferimento de “a mesa está quebrada” será verdadeiro se, em relação ao contexto do proferimento, houver pelo menos uma mesa e ela estiver quebrada. Ou seja, as condições de verdade de “a mesa está quebrada” serão dadas pela fórmula “(Ex) (x é mesa & x está quebrado)”.

Esses autores aceitam a análise que Russell faz de descrições indefinidas, mas eles recusam sua análise de descrições definidas (ou, pelo menos, uma parte da análise). Em outras palavras, esses autores assimilam a teoria das descrições definidas de Russell à sua teoria das descrições indefinidas. Ambas descrições definidas e descrições indefinidas codificam apenas existência.

Ludlow e Segal comparam a relação entre os artigos “um” e “o” e as conjunções “e” e “mas”. Considere os seguintes exemplos.

(25) Jones é pobre, mas honesto.

(26) Jones é pobre e honesto.

Há uma importante diferença entre um proferimento de (25) e um de (26). Um proferimento de (25) implicaria que (o falante acredita que) pessoas pobres

não são, em geral, honestas, enquanto que um proferimento de (26) não implicaria isso.

Mas será que essa diferença afeta as “condições de verdade” de (25) ou (26)? Aparentemente, não. Ambas (25) e (26) serão verdadeiras sob as mesmas condições, a saber: se Jones for pobre e se ele for honesto. A implicação de excepcionalidade que acompanha (25) é irrelevante para suas condições de verdade. A contribuição proposicional de “e” e “mas” é simplesmente “... & ...”. A relação entre “um F” e “o F” seria algo semelhante. Há diferenças entre usos de “um F é G” e de “o F é G”, mas essas diferenças não são verocondicionais.

A comparação exige cautela, entretanto. A implicação associada ao “mas” é semântica. Ela é um caso que Grice chama de implicatura convencional. Como veremos, a implicação de “unicidade” associada a descrições definidas não é uma implicatura convencional, mas uma implicatura conversacional. O objetivo da comparação é simplesmente ilustrar a ideia que duas expressões diferentes podem estar associadas às mesmas condições de verdade ou a uma mesma contribuição proposicional.

Não existe uma designação consensual para a teoria que acabamos de examinar. Ludlow e Segal descrevem-na como uma “análise semântica unitária para descrições definidas e indefinidas”. Pupa (2008) fala numa “reforma russelliana”. Szabó nem mesmo tem um nome para ela. Da nossa parte, vamos preferir a designação “teoria deflacionista das descrições definidas” ou apenas “teoria deflacionista”.

A inspiração vem da Navalha de Occam Modificada. A ideia é sugerir que a teoria de Russell (e, obviamente, a de Donnellan) inflacionou (isto é, aumentou indevidamente) a semântica de descrições definidas.

Há várias coisas que se pode escrever em favor da teoria deflacionista. Uma delas é que, em certo sentido, a teoria não é incompatível com muito do que Russell escreveu. Por exemplo, a teoria da denotação de Russell (e, conseqüentemente, a teoria das descrições) nunca foi vista pelo autor como uma teoria semântica. Ele escreve: “The subject of denoting is of very great importance, not only in logic and mathematics, but also in theory of knowledge”

(1905/1998, p. 35). Além disso, Russell também via a metafísica como uma área de importância para sua teoria. Ele escreve: “[the phrase] ‘a unicorn’ is an indefinite description which describes nothing. It is not an indefinite description which describes something unreal” (1919/1998, p. 69).

Entretanto, em nenhum lugar Russell parece preocupado em motivar sua teoria como uma representação semântica acurada de frases da forma “o F” e “um F”. Pelo contrário, podemos ler em “On Denoting” e em outros textos passagens que revelam pelo menos uma dimensão estipulativa da teoria. Considere, por exemplo, o seguinte trecho de “On Denoting”:

Now ‘the’, when it is strictly used, involves uniqueness; we do, it is true, speak of ‘the son of So-and-so’ even when So-and-so has several sons, but it would more correct to say ‘a son of So-and-so’. Thus *for our purposes* [itálicos adicionados] we take the as involving uniqueness. (1905/1998, p. 37)

Há vários pontos curiosos nessa passagem. Primeiro, Russell afirma que o artigo definido envolve unicidade quando usado “estritamente”. Uma observação similar reaparece nos *Principia Mathematica*: “we shall use the word [‘the’] strictly so as to imply uniqueness” (Whitehead & Russell, 1910-1913/1998, p. 51). Mas o que devemos entender por “estritamente”? Infelizmente, Russell não explica o que ele quer dizer com essa expressão. Além disso, a expressão “mais correto” também é deixada sem explicação: mais correto em relação ao que? Provavelmente, Russell não quis dizer mais correto do ponto de vista gramatical. Gramaticalmente, não há nada de errado em dizer “o filho de fulano” mesmo quando fulano tem, digamos, dois filhos, da mesma forma que não há nada de errado em dizer “o braço de beltrano foi engessado” quando beltrano tem dois braços. Novamente, somos deixados sem maiores esclarecimentos.

Por fim, temos a expressão “para os nossos propósitos”. É difícil não ver aqui um reconhecimento que implicação de unicidade associada ao artigo definido é estipulativa. Nesta última frase, Russell parece estar alertando o leitor para a ideia que descrições definidas implicam unicidade envolve um considerável grau de idealização.

A ideia de que a teoria da denotação de Russell envolve certa idealização não se restringe a “On Denoting” e aos *Principia Mathematica*. Bem mais tarde

(1957), ainda podemos encontrá-la nos escritos de Russell. Discutindo uma outra expressão denotadora, “todo A”, Russell escreve:

Traditionally, such sentences [sentences of the form ‘All A is B’] are supposed to imply that there are A's, but it is much more convenient in mathematical logic to drop this implication and to consider that ‘All A is B’ is true if there are no A's. This is *wholly and solely a question of convenience*. For some purposes the one convention is more convenient, and for others, the other [itálicos adicionados]. We shall prefer the one convention or the other according to the purpose we have in view. I agree, however, with Mr. Strawson's statement (p. 52) that ordinary language has no exact logic. (p. 389)

Nessa passagem, Russell não deixa dúvida de que a interpretação (filosófica) de uma frase depende dos propósitos que se tem em mente. Embora Russell afirme tal coisa de frases da forma “todo A é B”, essa também parece ter sido sua atitude em relação a descrições definidas. Deve-se conceder que Russell escreve aqui sobre aquilo que é conveniente “em lógica matemática”. Porém, não podemos nos esquecer que uma das principais aplicações da teoria da denotação encontrava-se na lógica matemática.

A última frase do trecho também é elucidativa. Ao concordar com a tese de Strawson de que a linguagem comum não tem “uma “lógica exata”, Russell está implicitamente reconhecendo que ele não via sua teoria da denotação como uma teoria sobre a linguagem comum. Ironicamente, a teoria das descrições de Russell começou a ser vista como uma teoria “semântica” (principalmente) a partir da publicação de “On Referring”. Nesse artigo, Strawson rejeita a teoria de Russell, argumentado que descrições são usadas de forma muito diferente daquela concebida por Russell. Isso explicaria por que a teoria de Russell recebeu tão poucas críticas nos seus primeiros quarenta e cinco anos: enquanto uma “idealização” do conteúdo semântico de expressões da forma “o F” (tendo em mente certas aplicações em lógica e filosofia), poucos viram razão para refutá-la.

Portanto, apesar de sua incontestável importância para a filosofia da linguagem, a teoria de Russell não foi originalmente concebida como uma teoria “semântica”. Nas palavras de Szabó, a teoria das descrições de Russell foi “an accidental contribution to the semantics of natural language” (2005, p. 1206). Portanto, enquanto filósofos da linguagem (e não lógicos, epistemólogos, etc.) podemos nos sentir livres para recusar aquelas partes da teoria que não nos parecerem corretas.

4.2

O debate entre deflacionistas e inflacionistas

A seguir examinaremos vários argumentos em favor da teoria deflacionista. São eles: o argumento que usos de descrições definidas sem unicidade são comuns, o argumento da simplicidade explicativa, o argumento da comparação com expressões demonstrativas, o argumento da simetria e o argumento das descrições incompletas. Ao fazer isso, também examinaremos algumas objeções levantadas contra a teoria. Devemos notar que, na seção 4.4, encontram-se ainda outros argumentos em favor da teoria deflacionista.

USOS SEM UNICIDADE SÃO COMUNS

Um importante argumento em favor da teoria vem da observação que descrições definidas são comumente usadas sem qualquer implicação de unicidade. Considere os seguintes exemplos (Ludlow & Segal, 2004).

- (a) John foi ao hospital.
- (b) Acertaram o braço de John.
- (c) A parede da cozinha estava quebrada.
- (d) Eu encontrei-o na margem do rio.

Em (a), não existe a implicação de que há apenas um hospital. Em (b), não existe a implicação de que John tem apenas um braço. Em (c), não existe a implicação de que há apenas uma parede na cozinha. E em (d), não existe a implicação que certo rio tem apenas uma margem. Em suma, em nenhum dos exemplos acima há qualquer implicação de unicidade.

Apesar disso, nenhum deles parece estranho ou incomum. Pelo contrário, todos eles representam o modo como o artigo definido é frequentemente utilizado no dia-a-dia: sem qualquer implicação de unicidade.

Curiosamente, esta observação vai ao encontro de algumas das coisas que Strawson afirmou:

Now it is obviously quite false that the phrase ‘the table’ in the sentence ‘the table is covered with books’, used normally, will ‘only have an application in the event of there being one table and no more . . . in such a use, the phrase will have an application only in the event of there being one table and no more which is being referred to. (1950/1998, p. 147-148).

O que Strawson parece querer dizer é que há uma importante diferença entre a implicação (semântica) de que há um e apenas um F e o fato de que um falante, ao proferir “o F é G”, é capaz de se referir a um (certo) F e apenas a ele. E isso é algo que podemos concordar.

O ARGUMENTO DA SIMPLICIDADE

Além disso, considerações metodológicas favorecem a teoria deflacionista. A ideia aqui já nos é familiar. Da mesma forma que não há uma diferença semântica entre usos referencial e atributivo, não haveria uma diferença *semântica* entre usos que implicam unicidade (p. ex., “o autor de *Principles of Mathematics*”) e usos que não implicam unicidade (p. ex., “a parede da sala”). Nos dois casos, a diferença seria explicada em termos pragmáticos. Não haveria, portanto, a necessidade de postular novos significados.

A teoria deflacionista é metodologicamente superior a teoria de Russell, pois tudo aquilo que podemos explicar com uma implicação semântica de unicidade podemos explicar sem ela. Em uma palavra, uma implicação semântica é desnecessária do ponto de vista explicativo.

Nosso próximo passo será mostrar como a unicidade pode ser derivada a partir de mecanismos gricianos. Começaremos com um modelo geral de derivação e, em seguida, examinaremos como esse modelo pode ser usado no caso da

implicação de unicidade. Aqui, seguiremos uma adaptação de Grice, feita por Ludlow e Segal.

- (a) O falante expressou a proposição p.
- (b) Não há razão para supor que o falante não esteja agindo de acordo com o princípio da cooperação (PC) e com as máximas conversacionais.
- (c) O falante não expressaria p a não ser que ele pensasse que q.
- (d) O falante sabe que eu posso perceber a necessidade da suposição de que ele pensa que q (e ele sabe que eu sei que ele sabe).
- (e) O falante não fez nada para me impedir de pensar que q.
- (f) O falante quer que eu pense que q (ou pelo menos está disposto a me deixar pensar que q).
- (g) Dessa forma, o falante implicou conversacionalmente que q.

Vejamos como esse modelo pode se aplicado ao exemplo de Donnellan: “O assassino de Smith é louco”.

- (a') O falante expressou a proposição “(Ex) (x é assassino de Smith & x é louco)”
- (b') Não há razão para supor que o falante não esteja agindo de acordo com o princípio da cooperação (PC) e com as máximas conversacionais.
- (c') O falante não expressaria a proposição “(Ex) (x é assassino de Smith x & é louco)” a não ser que ele pensasse que “(Ex) (x é assassino de Smith & (Ay) (y é assassino de Smith \rightarrow y = x) & x é louco)” (ou seja, que há apenas um assassino de Smith e que ele é louco).

Glosa: O falante estaria violando a máxima da quantidade se ele pudesse fazer uma afirmação mais forte (por exemplo, “os assassinos de Smith são loucos”) e não o fizesse.

(d') O falante sabe que eu posso perceber a necessidade da suposição de que há apenas um assassino de Smith e que ele é louco (e ele sabe que eu sei que ele sabe).

(e') O falante não fez nada para me impedir de pensar que há exatamente um assassino de Smith e que ele é louco.

(f') O falante quer que eu pense que há apenas um assassino de Smith e que ele é louco (ou pelo menos está disposto a me deixar pensar tal coisa).

(g') Dessa forma, o falante implicou conversacionalmente que há apenas um assassino de Smith e que ele é louco.

Nesse caso, a implicação que há apenas um assassino de Smith foi gerada a partir da suposição que o falante não está violando a máxima da quantidade. Adiante, veremos que, em algumas ocasiões, outros princípios conversacionais podem ser invocados para explicar a implicação de unicidade de descrições definidas e de descrições indefinidas também.

Grice considerava a possibilidade da derivação formal de uma implicação conversacional muito importante. Entretanto, essa não é a única razão para se pensar que a implicação de unicidade é pragmática.

Como outras implicaturas conversacionais, a implicação de unicidade de descrições pode ser reforçada, sem criar a impressão que estamos sendo redundantes. Considere a frase “o sobrevivente do voo 727 está num hospital militar”. Um proferimento dessa frase pode implicar que apenas uma pessoa sobreviveu a esse voo. Essa implicação, entretanto, pode ser facilmente reforçada: “o único sobrevivente do voo 727 está num hospital militar”. Se descrições codificam unicidade, por que expressões da forma “o único F” não nos parecem redundantes?

Além disso, implicaturas conversacionais podem ser canceladas sem contradição. Considere a descrição “o assassino de Smith”. De acordo com a teoria de Russell, um proferimento que contivesse a descrição “o assassino de Smith” deveria implicar que Smith foi assassinado por apenas uma pessoa. Considere agora o seguinte exemplo: “O assassino de Smith não agiu sozinho. Ele e sua comparsa afogaram Smith numa banheira.” De acordo com a teoria de Russell, as duas frases do exemplo acima implicariam (semanticamente) proposições contraditórias. A primeira, por causa da descrição “o assassino de Smith”, implicaria que há apenas um assassino de Smith. A segunda, ao afirmar que duas pessoas afogaram Smith (e, portanto, que duas pessoas o assassinaram), implicaria que há dois assassinos de Smith.

O problema para a teoria de Russell é que as frases do exemplo não parecem implicar proposições contraditórias. Embora a primeira possa “sugerir” que Smith foi assassinado por apenas uma pessoa, a segunda frase claramente cancela essa sugestão. Observe que se a implicação de unicidade fosse semântica, não deveria ser possível cancelá-la. Isso se torna evidente quando consideramos um exemplo no qual a implicação de unicidade é indubitavelmente semântica: “#O único assassino de Smith não agiu sozinho. Ele e sua comparsa afogaram Smith numa banheira.” Aqui, a tentativa de cancelar a implicação gera uma contradição.

Grice afirma que implicaturas conversacionais não são, em geral “separáveis” (*detachable*) daquilo que é dito. Se a teoria deflacionista está correta, então expressões que “significam” o mesmo que descrições definidas deveriam também implicar conversacionalmente unicidade. Há exemplos disso? Acredito que sim.

Um proferimento de “Smith foi atropelado por um ônibus” naturalmente implicaria “que Smith foi atropelado por apenas um ônibus”. Da mesma forma, um proferimento de “Smith foi assassinado por um louco” naturalmente implicaria “que Smith foi assassinado por apenas um louco”. Curiosamente, quanto mais detalhado for o conteúdo da descrição, mais clara se tornará a implicação de unicidade. Um proferimento de “Smith foi assassinado por um louco vestindo uma cartola e um paletó cor-de-rosa” não deixará dúvida que há apenas um assassino de Smith.

Como outras implicaturas conversacionais, a implicação de unicidade de descrições pode ser reforçada, cancelada, mas não pode ser separada. Portanto, há um forte caso para a ideia de que a implicação de unicidade de descrições é uma implicatura conversacional.

O ARGUMENTO DAS EXPRESSÕES POSSESSIVAS

Além disso, há certos fatos que parecem ir de encontro à teoria de Russell. Considere expressões possessivas singulares como, por exemplo, “meu F”. É um fato que tais expressões podem ser antecedidas pelo artigo definido (“o meu cão”, “a minha casa”, etc.). Ora, se o artigo definido em descrições definidas codificasse unicidade, seria natural esperar que ele também codificasse unicidade quando associado a expressões possessivas. Entretanto, expressões possessivas antecedidas pelo artigo definido são naturalmente usadas sem qualquer implicação de unicidade. Assim, se Jones for ao médico e disser: “Doutor, o meu (dente) molar está doendo”, ele terá expressado a proposição “(Ex) (x é molar de Jones & x está doendo)”. Apesar do uso do artigo definido, não há no exemplo qualquer implicação de unicidade: nada sugere que Jones tem apenas um molar.

Observe que o defensor da teoria de Russell não pode evitar a objeção acima argumentando que estamos misturando coisas diferentes. Afinal, o próprio Russell pensava que pelo menos algumas expressões possessivas poderiam ser entendidas em termos de expressões denotativas. Ele escreve: “Now ‘my only son’ is a denoting phrase, which, on the face of it, has a denotation when, and only when, I have exactly one son” (1905/1998, p. 39).

Entretanto, ele poderia defender a teoria de Russell alegando que (como o exemplo de Russell nos mostra) ao menos algumas expressões possessivas implicam (semanticamente) unicidade. Imagine que o rei Alonso proferisse a seguinte frase: “O meu único filho casou-se com Miranda”. Nesse caso parece inquestionável que o rei Alonso expressou a proposição “(Ex) (x é filho de Alonso & (Ay) (y é filho de Alonso \rightarrow y = x) & x casou-se com Miranda)” e que essa proposição implica logicamente que o rei tem apenas um filho.

O deflacionista poderia concordar com isso, mas discordar que se trata de uma defesa apropriada da teoria russelliana. Sem dúvida, um proferimento de “O meu único filho casou-se com Miranda” feito por Alonso implicaria que ele tem apenas um filho. Porém, nesse caso, a implicação de unicidade (embora semântica) é gerada pelo adjetivo “único” e não pelo artigo definido. Se isso é verdade, a teoria de Russell ainda não foi capaz de acomodar os fatos em questão.

O defensor da teoria de Russell não precisa desistir ainda. Ele pode argumentar que é possível construir exemplos que não contenham o adjetivo “único” ou qualquer outra palavra que possa gerar unicidade e que ainda assim sejam capazes de implicar (semanticamente) unicidade. Considere um proferimento de “o meu pai precisa de cirurgia”, feito por Jones. Nesse caso, o russelliano poderia argumentar não há qualquer dúvida a respeito de como Jones será entendido: “(Ex) (x é pai Jones & (Ay) (y é pai de Jones \rightarrow y = x) & x precisa de cirurgia)”.

Com certeza, o deflacionista concordará que Jones será “entendido” dessa forma. A contenda do deflacionista é outra: ele defende que, embora o proferimento de Jones implique unicidade, essa implicação não é semântica. Em geral, um proferimento de “o meu pai é G” implicará que o falante tem apenas um pai pelo simples fato que as pessoas (normalmente) têm apenas um pai. Essa implicação é gerada pelo nosso conhecimento acerca de fatos acerca do mundo e não pelo nosso conhecimento acerca de fatos linguísticos. Isso fica claro quando substituímos a descrição “o meu pai” por uma descrição que não está associada a uma presunção de unicidade, como, por exemplo, “o meu joelho”. Assim, um proferimento de “o meu joelho precisa de cirurgia” feito por Jones não implicaria (normalmente) que Jones tem apenas um joelho.

Infelizmente, há uma objeção mais séria que o defensor da teoria de Russell pode fazer. Primeiro, ele pode observar que, do ponto de vista comunicativo, não há nenhuma diferença entre um proferimento de “o meu F é G” e um proferimento “meu F é G”. Em função disso, ele poderia sugerir que o artigo definido não desempenha nenhuma função (semântica) quando ele precede uma expressão possessiva. Se isso é verdade, basta ao russelliano fazer uma pequena modificação: o artigo definido implica unicidade, sempre que ele desempenha

alguma função semântica. A ideia não é tão estranha quanto parece. Afinal, quando um artigo definido precede um nome próprio, ele não parece desempenhar nenhuma função semântica (compare, por exemplo, “João morreu” e “O João morreu”). Podemos chamar essa tese de tese da inércia semântica do artigo definido.

Embora mais séria, o deflacionista pode tentar evitar essa objeção da seguinte forma. Ele pode defender que expressões da forma “meu F” são sempre precedidas pelo artigo definido, embora este nem seja pronunciado. De acordo com essa teoria, a expressão “meu F” seria apenas uma abreviação da expressão “o meu F”. Além disso, o deflacionista também pode apontar para certas dificuldades que a proposta russelliana enfrenta. Por exemplo, ele pode argumentar que tal proposta sobrecarregaria semanticamente o pronome possessivo “meu”, que passaria a estar associado a duas contribuições proposicionais completamente diferentes, a saber: uma relação de pertinência e uma quantificação existencial. Entretanto, é pouco provável que uma mesma expressão desempenhe funções tão diferentes.

O ARGUMENTO DA SIMETRIA

Szabó (2000) apresenta outras considerações metodológicas para se preferir a teoria deflacionista à teoria de Russell. Para ele, a teoria deflacionista, ao contrário da teoria de Russell, permite explicar de forma simétrica usos de descrições que envolvem unicidade e não unicidade. Considere os seguintes exemplos.

(27) Whitehead é o autor de *Principia Mathematica*.

(28) Whitehead é um autor de *Process and Reality*.

De acordo com a teoria das descrições de Russell, (27) e (28) receberiam as seguintes análises.

(27*) (Ex) (x é autor de *Principia Mathematica* & (Ay) (y é autor de *Principia Mathematica* $\rightarrow x = y$) & x = Whitehead)

(28*) (Ex) (x é autor de *Process and Reality* & x = Whitehead)

Se Russell está correto, (27*) será falsa e (28*), verdadeira. (27*) será falsa porque há mais de um autor de *Principia Mathematica* e (28*) será verdadeira porque há pelo menos um autor de *Process and Reality*.

O problema com essa análise é que ela trata de forma distinta casos que são, em princípio, similares. Não há dúvida de que proferimento de (27) e (28) parecem, de alguma forma, defectivos. Um proferimento de (27) implica que há apenas um autor de *Principia Mathematica* (quando há mais de um), enquanto que um proferimento de (28) implica que há mais de um autor de *Process and Reality* (quando há apenas um).

Entretanto, de acordo com a teoria de Russell, essas implicações são completamente distintas. A implicação de que há apenas um autor de “*Principia Mathematica*” seria semântica, enquanto que a implicação de que há mais de um autor de “*Process and Reality*” seria pragmática. Ora, uma teoria que explica essas implicações de forma semelhante é - *ceteris paribus* - preferível a uma que as explica de formas distintas.

De acordo com a teoria deflacionista, (27) e (28) receberão análises semânticas semelhantes:

(27**) (Ex) (x é autor de *Principia Mathematica* & x = Whitehead)

(28**) (Ex) (x é autor de *Process and Reality* & x = Whitehead)

Assim, de acordo com a teoria deflacionista, ambas (27) e (28) expressam verdades literais. Apesar disso, nos dois casos há uma divergência entre aquilo

que cada uma das frases expressa e aquilo que cada uma dela comunica. (27) expressa a proposição “que há pelo menos um autor dos *Principia* e ele é idêntico a Whitehead”, mas comunica “que há no máximo um autor de *Principia*” e (28) expressa a proposição “que há pelo menos um autor de *Process and Reality* e ele é idêntico a Whitehead” e comunica que “há pelo menos dois autores de *Process and Reality*”. Como veremos, cabe ao defensor da teoria deflacionista explicar como surgem tais implicações.

Outro ponto interessante é que uma certa implicação de unicidade pode ser gerada, mesmo na ausência do artigo definido. Considere a seguinte frase:

(29) Russell é autor de “Principles of Mathematics” e de “Principia Mathematica”.

Em nossa opinião, uma pessoa que lesse (29) e que nunca tivesse ouvido falar em Russell ficaria com a impressão que tanto os “Principles” quanto os “Principia” foram escritos apenas por Russell.

Portanto, se quisermos tratar de forma simétrica casos envolvendo unicidade, parece uma boa ideia assimilar a teoria das descrições definidas de Russell à sua teoria das descrições indefinidas.

O ARGUMENTO DAS DESCRIÇÕES INCOMPLETAS

Por fim, uma maneira de motivar a teoria deflacionista é examinar o que acontece com certos problemas que afligem a teoria de Russell. Considere o problema das descrições incompletas (Strawson 1950/1998, Wettstein 1981/1998). De acordo com a teoria de Russell, frases da forma “o F é G” serão verdadeiras apenas se houver um único F e se ele for G. Porém, há várias frases da forma “o F é G” que parecem ser capazes de expressar proposições verdadeiras, mesmo quando há mais de um F e o falante sabe disso e isso é algo que o russelliano precisa explicar.

Há duas abordagens principais ao problema das descrições: a abordagem explícita e a abordagem implícita. De acordo com a abordagem explícita, descrições incompletas são elípticas, isto é, elas abreviam descrições completas que o falante poderia ter proferido se quisesse. De acordo com a abordagem implícita, descrições incompletas devem ser interpretadas em relação a um domínio de objetos (ou de propriedades) mais restritos.

Cada uma dessas abordagens enfrenta dificuldades. A abordagem explícita enfrenta o problema da indeterminação proposicional (há várias descrições completas que o falante poderia ter proferido e nenhuma forma “objetiva” de escolher entre elas, cf. Wettstein, 1981/1998). A abordagem implícita precisa acomodar certos contraexemplos (como, por exemplo, “o cão brigou com outro cão”, cf. Lewis, 1979; Soames, 1986/1998).

Em princípio, não há muito que a teoria deflacionista possa fazer pela abordagem implícita. Rejeitar a concepção semântica da implicação de unicidade não parece ter nenhum efeito sobre a questão da indeterminação proposicional. Entretanto, a teoria deflacionista pode avançar o caso em favor da abordagem implícita de forma considerável.

Primeiro, vamos relembrar por que razão exemplos como “o cão brigou com outro cão” são problemáticos para a abordagem implícita. Considere o exemplo de Strawson, “a mesa está coberta de livros”. De acordo com a abordagem implícita, a verdade (ou falsidade) dessa frase dependerá do domínio de objetos em relação ao qual ela for interpretada. Se considerada em relação a um conjunto de objetos que contém apenas uma mesa e ela está coberta de livros, ela expressará uma proposição verdadeira. Caso contrário, ela expressará uma proposição falsa. Assim, se aponto para a minha mesa de estudo e profiro: “Droga! A mesa ainda está coberta de livros!”, a verdade do meu proferimento dependerá de um domínio de objetos, a saber: os móveis do meu quarto. Nesse caso, não parece difícil identificar o domínio de objetos em relação ao qual meu proferimento deve ser interpretado.

A situação é diferente em relação ao exemplo de Lewis. Quando uma pessoa profere “o cão brigou com outro cão” há apenas um domínio de objetos em relação ao qual devemos interpretar seu proferimento. O problema é que, seja lá

qual for esse domínio, a proposição será uma contradição: “ $(\exists x) (x \text{ é cão} \ \& \ (\forall y) (y \text{ é cão} \rightarrow y = x) \ \& \ (\forall y) (y \text{ é cão} \ \& \ x \text{ brigou com } y \ \& \ \sim(x = y))$ ”. Informalmente, o proferimento expressará algo como: “que há apenas um cão e que há um outro cão e que eles brigaram”.

Esse tipo de contraexemplo não se coloca para a abordagem deflacionista. De acordo com a abordagem, quando uma pessoa profere “o cão brigou com um outro cão”, ela simplesmente expressa a proposição “ $(\exists x) (x \text{ é cão} \ \& \ (\forall y) (y \text{ é cão} \ \& \ x \text{ brigou com } y \ \& \ \sim(x = y)))$ ”. Não há nenhuma contradição aqui.

Na verdade, o “tradicional” problema das descrições incompletas não se coloca para a teoria deflacionista. Uma vez que a implicação de unicidade não é semântica, o deflacionista não precisa apelar para a abordagem explícita, nem para a implícita para explicar como frases da forma “o F é G” podem ser expressar proposições verdadeiras, mesmo quando há mais de um F. Isso é algo que segue imediatamente de sua semântica.

Como observa Ludlow (2011), entretanto, a teoria deflacionista enfrenta a versão “invertida” do problema das descrições incompletas. Numa aplicação “direta” da teoria deflacionista (e deixando de lado o fato que a frase é ambígua), um proferimento de “a mesa não está coberta de livros” expressará uma proposição verdadeira se houver pelo menos uma mesa no mundo que não esteja coberta de livros. Entretanto, parece indubitável que a frase pode ser usada para expressar uma proposição falsa mesmo quando há mais de uma mesa coberta de livros (no mundo). Aqui, o apelo à abordagem implícita é obviamente necessário. Um proferimento de “a mesa não está coberta de livros” será falso se, em relação ao domínio de objetos considerados, houver uma mesa e ela não estiver coberta de livros.

Não queremos afirmar que nenhum problema das descrições incompletas se coloca para o deflacionista. Uma vez que o problema da incompletude afeta quantificadores em geral, isso não seria razoável. A atração da abordagem deflacionista é outra. Ela permite que nós adotemos a abordagem implícita, sem nos envolvermos com os mesmos problemas que ela criava para a teoria de Russell. Numa palavra, o problema das descrições incompletas torna-se mais tratável do ponto de vista deflacionista do que do russelliano.

Vamos agora examinar algumas objeções feitas à teoria deflacionista. A primeira delas está relacionada à impossibilidade de, em certos contextos, se substituir “um F” por “o F”. De acordo com essa objeção (Abbott, 2003), em construções do tipo “há...” [there is...] o uso de “um F” seria aceitável, mas um uso de “o F é G” não seria. Considere os seguintes exemplos.

(30) Há um buraco no balde.

(31) Há o buraco no balde.

À primeira vista, um proferimento de (30) pareceria em ordem, enquanto que (31) pareceria (de algum modo) inapropriado. Se “um F” e “o F” significassem o mesmo, como isso seria possível?

Há vários problemas com essa objeção. Primeiro, a teoria deflacionista não precisa se comprometer com a ideia que “um F” e “o F” significam a mesma coisa (*pace* Ludlow & Segal, 2004), mas simplesmente que eles estão associados às mesmas condições de verdade. Essa diferença é importante. “Jones se casou e teve filhos” e “Não é o caso que se Jones se casou, então ele não teve filhos” estão associadas às mesmas condições de verdade, mas não parecem significar a mesma coisa.

Segundo, há razões para se pensar que o motivo pelo qual (31) parece fora de ordem não é semântico. Considere (32).

(32) Há apenas um/ exatamente um buraco no balde.

Se a diferença entre (30) e (31) fosse puramente semântica e estivesse ligada a implicação de unicidade do artigo definido, então (32) deveria soar tão estranhamente quanto (31). Entretanto, (32) parece em ordem, tão em ordem quanto (30).

Além disso, embora seja difícil fazer sentido de (31), sem dúvida há casos onde ela seria perfeitamente aceitável. Considere o seguinte diálogo (Szabó, 2003).

A: Algo mais precisa de conserto?

B: Sim, há o buraco do balde.

Essas considerações sugerem que a impossibilidade de se substituir “um F” por “o F” em contexto da forma “há ... que é G” deve ser explicada em termos não semânticos.

A segunda objeção é mais interessante. De acordo com ela, há importantes diferenças entre “um F” e “o F” e essas diferenças não podem ser explicadas em termos puramente pragmáticos. Considere os seguintes exemplos (Abbott, 2003).

(33) Russell é o autor de “Principia Mathematica”. Na verdade um deles [in fact, there were two].

(34) Russell é um autor de “Principles of Mathematics”. Na verdade, ele é o único [in fact the only one].

De acordo com Abbott, é possível cancelar a implicação de não unicidade em (34), mas não é possível cancelar a implicação de unicidade em (33). A tentativa de cancelar a implicação de unicidade em (33) gera, de acordo com Abbott, uma frase contraditória. Ora, se a principal diferença entre “um autor” e “o autor” fosse pragmática, como isso seria possível? Para Abbott, a resposta é simples: isso não seria possível. Em geral, expressões da forma “um F” e “o F” codificam diferentes tipos de informação semântica: “o F” codifica unicidade, “um F” não codifica. É por isso que (34) soa contraditória, enquanto que (33) não soa. Para Abbott, apenas a implicação de não unicidade associada ao artigo

indefinido seria pragmática. Quando o falante usa “um F” ao invés de “o F”, ele transmite ao ouvinte a ideia de que há mais de um F e, dessa forma, que o uso de “o F” não seria conveniente.

Há várias coisas que podemos dizer em relação aos exemplos de Abbott. Primeiro, Abbott está “assumindo” que (33) é contraditória. Essa presunção é, entretanto, questionável. Para nós, (33) não parece expressar uma contradição. Isso fica claro quando consideramos uma frase “indubitavelmente” contraditória, como, por exemplo, (35).

(35) Russell é o único autor de *Principia Mathematica*. Na verdade, um deles.

Sem dúvida, (35) expressa uma contradição. A primeira frase afirma que *Principia Mathematica* tem apenas um autor, Russell; enquanto que a segunda afirma que a obra em questão tem pelo menos dois autores. A contradição de (35) é diferente da “contradição” de (33). Em (33), temos apenas uma contradição entre aquilo que a segunda frase afirma e aquilo que a primeira frase apenas “sugere”.

Para entender a relação entre “o F” e “o único F”, considere a relação entre “e” e “e então”. Em vários casos, ambos “e” e “e então” são usadas para implicar um certo ordenamento temporal. Pode-se argumentar que “Jones se casou e teve filhos” e “Jones se casou e então teve filhos” ambas implicam que Jones casou-se antes de ter filhos. Ou seja, ambas sugerem que os eventos ocorreram na ordem em que eles foram narrados.

Porém, as implicações dos exemplos são de naturezas distintas. A implicação de ordenamento temporal de “Jones se casou e então teve filhos” é semântica, ela faz parte do conteúdo semântico da expressão “e então”. Por causa disso, tentar cancelar a implicação de ordem gera uma contradição: “Jones se casou e então teve filhos, mas não nessa ordem.”

A implicação de ordenamento temporal de “Jones se casou e teve filhos”, todavia, é pragmática. Ela não faz parte do conteúdo semântico da conjunção “e”.

Nesse caso, o ouvinte simplesmente presume que o falante está narrando os eventos na ordem em que eles aconteceram, pois caso contrário ele estaria violando a última das submáximas do modo (*be orderly*). Por essa razão, o cancelamento da implicação não gera nenhuma implicação: “Jones se casou e então teve filhos, mas não nessa ordem.”

Algo semelhante ocorre com “o F” e “o único F”. Ambas as expressões são comumente usadas para implicar unicidade, mas apenas “o único F” codifica unicidade. A implicação de unicidade associada a expressões da forma “o F” é pragmática.

Além disso, se “o F” codificasse unicidade, a expressão “o único F” deveria parecer redundante (como “ultimato final” ou “última versão definitiva”). Entretanto, “o único F” não parece de forma alguma redundante.

Há outro fato que sugere que implicação de unicidade do artigo definido não é semântica. Considere o que aconteceria com o exemplo de Abbott caso retirássemos o artigo definido: “Russell é autor de ‘Principia Mathematica’. Na verdade, um deles”. Como afirmamos anteriormente, a implicação de unicidade permaneceria, mesmo sem a presença do artigo definido. Prova disso é que a expressão “na verdade” não parece fora de lugar. Isso sugere que a implicação não é gerada pelo artigo definido; mas, nesse caso, pela presunção de que, em geral, livros têm apenas um autor.

Em geral, a implicação de unicidade gerada pelo artigo definido parece variar de caso para caso. Considere, por exemplo, (36).

(36) Russell quebrou o braço daquela estátua. Na verdade, aquela estátua tem dois braços.

Sem dúvida, (36) soa um tanto estranha. As razões disso são um tanto diferentes daquelas apontadas por Abbott. Apesar da presença do artigo definido, a frase “Russell quebrou o braço daquela estátua” não traz consigo nenhuma implicação de unicidade. Suas condições de verdade são dadas simplesmente pela fórmula “(Ex) (x é braço daquela estátua & Russell quebrou x). Em outras

palavras, ninguém que lesse ou escutasse essa frase ficaria com a impressão de que a estátua em questão tem apenas um braço. É exatamente por causa disso que (36) soa estranha. Expressões adversativas, como “na verdade”, alertam o ouvinte para alguma forma de tensão entre o que foi dito antes e aquilo que será dito em seguida. Porém, como não há nenhuma sugestão de que a estátua em questão tem apenas um braço, a afirmação de que ela tem dois, precedida da expressão adversativa “na verdade”, desempenha um papel pragmaticamente anômalo: ela alerta o ouvinte para uma presunção que ele não tem, a saber: que a estátua tem apenas um braço.

O fato de que a implicação de unicidade de descrições parece variar de caso para caso sugere fortemente que ela não é semântica, mas pragmática. Muito semelhante à implicação de ordem da conjunção ou à implicação de exclusividade da disjunção.

É um fato curioso que inúmeros usos de descrições indefinidas implicam unicidade. Considere os seguintes exemplos.

(37) “Ligue para a emergência! Aquele taxista atropelou uma pessoa e fugiu!”

(38) “A Suécia tem um rei.”

(39) “Obama tem uma esposa simpática.”

Em (37), há a implicação que o taxista atropelou apenas uma pessoa. Em (38), que a Suécia tem apenas um rei. Em (39), que Obama tem apenas uma esposa. Apesar disso, em nenhum dos exemplos acima, o uso do artigo definido seria (normalmente) apropriado.

(37’) “Ligue para a emergência! #Aquele taxista atropelou a pessoa e fugiu!”

(38’) “#A Suécia tem o rei.”

(39’) “#Obama tem a esposa simpática.”

De forma muito semelhante ao que acontece com descrições definidas, a implicação de unicidade de (37), (38) e (39) é gerada por mecanismos pragmáticos. Em (37), pela máxima da quantidade (se o falante estivesse em condições de afirmar que o taxista atropelou mais de um homem - e não o fizesse - ele estaria violando a máxima da quantidade; logo, ele implicou que no máximo um homem foi atropelado pelo taxista) e em (38) e (39) pela presunção de que países têm no máximo um rei e que homens (exceto árabes, mórmons, etc.) têm no máximo uma esposa, respectivamente.

Abbott apresenta ainda uma última objeção ao deflacionismo. Considere o seguinte exemplo.

(40) Aquela não foi uma razão [pela qual] eu deixei Pittsburgh. Ela foi a razão.

Para Abbott, o que o falante quer dizer, ao proferir (40), é que não há duas ou mais razões pelas quais ele deixou Pittsburgh, mas apenas uma. Portanto, haveria um contraste entre “uma razão” e “a razão” e este contraste encontrar-se-ia na implicação de unicidade do artigo definido. Isso mostraria, pensa ela, que a unicidade associada ao artigo definido é convencional, ou seja, que ela é semântica.

O deflacionista pode enfrentar essa objeção de várias maneiras. Primeira, ele pode argumentar que, em (40) o falante está usando a descrição de forma elíptica. Nesse caso, a descrição “a razão” foi usada de forma elíptica, no lugar da descrição não elíptica “a única razão”.

Esta resposta não é “ad hoc”. Há vários casos em que o falante deixa de proferir uma ou mais palavras, supondo que o ouvinte será capaz de identificá-la(s). Considere um proferimento de “Eu não acredito que J.F.K. foi vítima de uma conspiração. Eu sei disso.” Sem a noção de elipse, somos levados a conclusão absurda de que o falante afirmou saber uma coisa na qual ele não acredita. Nesse caso, parece mais natural pensar que ele deixou de fora a palavra

“apenas”: “Eu não apenas acredito que J.F.K. foi vítima de uma conspiração. Eu sei disso.”

Outra maneira é explicar o contraste em termos pragmáticos. Afinal, há contrastes linguísticos que não são semânticos. A frase “É melhor fazer faculdade e conseguir um emprego do que conseguir um emprego e fazer faculdade” pode ser usada para expressar um contraste entre o que se deve fazer primeiro. Não se trata, porém, de um contraste semântico. Embora impliquem (conversacionalmente) coisas diferentes, não há diferença entre as condições de verdade de “fazer faculdade e conseguir um emprego” e “conseguir um emprego e fazer faculdade”.

Por fim, descrições definidas e indefinidas podem ser usadas para contrastar não apenas unicidade, mas uma série de outras coisas e não seria razoável supor que todas elas serão explicadas semanticamente (suspeitamos que nenhuma delas será). Como notam Ludlow e Segal, (40) foi usada para comunicar outro contraste, a saber: que uma certa razão foi mais importante que as outras. Nesse caso, a explicação do contraste nem ao menos envolve a noção de unicidade.

Outros possíveis contrastes entre descrições definidas e indefinidas envolvem autenticidade e não autenticidade:

A: “Venha! Vamos falar com o Papai Noel.”

B: “Aquele não é o Papai Noel. É apenas um Papai Noel.”

e familiaridade e não familiaridade:

A: Um João ligou para você.

B: “O” João?

A: Não, um outro João.

Portanto, não há nenhum motivo para se pensar que o “contraste” entre descrições definidas e indefinidas vai de encontro à teoria deflacionista. Pelo contrário, vários desses usos parecem estar perfeitamente de acordo com a teoria.

Ludlow e Segal antecipam uma possível objeção à teoria deflacionista. De acordo com a objeção, haveria importantes assimetrias entre descrições definidas em posição predicativa e descrições indefinidas na mesma posição. Estas assimetrias não seriam compatíveis com a ideia de que a contribuição proposicional de “um F” e de “o F” é a mesma. Considere os seguintes exemplos.

(41) John é um advogado.

(42) John é o advogado.

Intuitivamente, (41) e (42) parecem bastante diferentes. A frase (41), por exemplo, soa perfeitamente natural, enquanto que a frase (42) não soa. Entretanto, se (41) e (42) são realmente diferentes, que tipo de diferença há entre elas?

Alguém poderia defender que descrições indefinidas admitem usos predicativos, mas descrições definidas não admitem e que isso explicaria a diferenças entre (41) e (42).

É fácil ver que essa não é uma boa resposta. Em primeiro lugar, ela faz surgir imediatamente outra questão: por que descrições indefinidas admitem usos predicativos e descrições definidas não? Em segundo lugar, ela se compromete com a falsa ideia de que descrições definidas não admitem usos predicativos. Consideremos os seguintes exemplos.

(43) John é o prefeito de Boston.

(44) John é o advogado que mencionei.

Em (43) e (44), descrições definidas ocorrem na posição (gramatical) de predicado. Ambas parecem frases perfeitamente naturais, o que claramente contradiz a ideia de que descrições definidas não admitem usos predicativos.

Aliás, que descrições definidas e indefinidas admitem usos predicativos já havia sido notado pelo próprio Russell (1905/1998, 1919/1998). Dois de seus mais famosos exemplos envolvem descrições indefinidas e definidas em posição predicativa, a saber: “Eu encontrei um homem” e “Scott é o autor de *Waverley*”.

Como os exemplos anteriores ilustram, é bastante razoável supor que, em pelo menos em alguns casos, descrições definidas admitem usos predicativos.

Além disso, uma frase como “John é o advogado” é perfeitamente natural em certas ocasiões. Imagine que B pergunta a A se ele conhece algum advogado. B responde positivamente e faz notar que o advogado em questão e mais dois outros amigos, um matemático e um filósofo, farão uma visita hoje à noite. Considere, agora, o seguinte diálogo.

(Após desligar o telefone)

A: “Droga! John não poderá vir aqui hoje.”

B: “Quem é John?”

A: “John é o advogado.”

Observe que, nesse caso, a resposta “John é um advogado” seria menos apropriada. Ela “implicaria” que não se trata do advogado que fará a visita.

Tanto Szabó (2000, 2003) quanto Ludlow e Segal (2004) concordam que a relação entre descrições indefinidas e descrições definidas deve ser entendida em termos das noções de novidade e familiaridade, respectivamente. Szabó escreve: “the fundamental difference between the way we use indefinites and definite descriptions is that the former introduces new elements into discourse, while the

later pick out ones already introduced” (2000, p. 39). Porém, há importantes diferenças entre a maneira como esses autores entendem e caracterizam tais noções.

Szabó introduz a noção de familiaridade empregando uma certa teoria psicológica (Heim, 1983). De acordo com essa teoria, nossos processos comunicativos empregam entidades chamadas de “arquivos mentais”. Arquivos mentais seriam “representações semânticas” associadas a certas condições de verdade. Arquivos mentais podem ser criados ou simplesmente atualizados. Intuitivamente, usos do artigo definido e do artigo indefinido obedecem às seguintes regras. Quando uma pessoa faz referência a um “novo” objeto (isto é, um objeto desconhecido para o ouvinte ou que ainda não foi mencionado), cria-se um novo arquivo para o objeto. A criação do novo arquivo é indicada pelo uso do artigo indefinido. Da próxima vez que alguém fizer referência ao objeto em questão, não será necessário criar um novo arquivo para ele, basta acessar o arquivo já existente. Nesse caso, nova informação sobre o objeto resultará na atualização do seu arquivo. Para indicar que estamos nos referindo a um objeto que já possui um arquivo, usamos o artigo indefinido.

Considere um proferimento de (45).

(45) Jones ajudou uma mulher a carregar suas compras. A mulher ficou agradecida.

Na primeira frase do exemplo, o falante refere-se à mulher que Jones ajudou. Como a mulher foi mencionada pela primeira vez, cria-se um novo arquivo para ela e a criação desse arquivo é indicada pelo uso do artigo indefinido (“uma mulher”). Na segunda frase, o falante refere-se à mesma mulher. Como já existe um arquivo para ela, não é necessário criar um novo arquivo. Basta acessar o arquivo que já existe e atualizá-lo. O falante indica que já existe um arquivo para a mulher em questão usando o artigo definido (“a mulher”).

Diferentemente de Heim, Szabó não vê as regras acima como semânticas. Para ele, regras semânticas são “seguidas estritamente”, mas isso não acontece quando usamos descrições definidas para indicar familiaridade e descrições indefinidas para indicar novidade. Considere agora um proferimento de (46).

(46) “O detetive pediu um martíni. Logo depois que o garçom foi embora ele sabia que algo estava errado. Ele percebeu o que era. Ele tinha pedido um martíni a um garçom que parecia muito com o assassino que ele estava procurando.” (Szabó, 2000, p. 37).

Na última frase de (46), o falante refere-se ao garçom mencionado anteriormente. Portanto, de acordo com as regras acima, ele deveria ter dito “... ao garçom que parecia muito com o assassino que ele estava procurando”. Entretanto, o falante não faz isso e não pareceria apropriado fazê-lo.

Exemplos como estes nos mostram que as regras envolvidas nos usos de descrições definidas e descrições indefinidas devem ser vistas como pragmáticas, ou seja, como regras que dependem do uso e que podem ser preteridas em função de outras regras.

A situação é bastante diferente para Ludlow e Segal. Esses autores entendem a noção de familiaridade em termos semânticos, mais precisamente em termos de implicaturas convencionais. Para eles, o uso do artigo indefinido implica convencionalmente que estamos falando de um “novo” F, isto é, de um F que ainda não foi mencionado no contexto de uma conversa. O uso do artigo definido implica convencionalmente que estamos falando de um F que já foi mencionado (ou que já é familiar) no contexto de uma conversa.

Nesse ponto, minha defesa da teoria deflacionista difere de forma importante das versões de Szabó e de Ludlow e Segal. No que se segue explicarei as diferenças e razões pelas quais defendo essas diferenças.

4. 3

Contra Szabó, Ludlow e Segal

Primeiro, defenderemos que, diferentemente do que afirmam Ludlow e Segal, a implicação de familiaridade que acompanha descrições definidas não pode ser uma implicatura convencional. Considere o caso das conjunções “e” e “mas”. De acordo com Grice (1978/1991), não há nenhuma diferença entre as condições de verdade “p e q” e “p, mas q”. Ambas serão verdadeiras apenas se “p & q” for o caso. Porém, apenas a conjunção “mas” está associada a uma certa implicatura convencional. O uso de “mas”, em “p, mas q”, implica convencionalmente que há (ou que o falante acredita que há) algum contraste entre p e q. O uso de “e”, em “p e q” não implica isso. Apesar da palavra “implicatura”, implicaturas convencionais são semânticas. Não se deve confundí-las com implicaturas conversacionais, que são pragmáticas.

Um proferimento de “Jones é grande, mas ele é ágil”, por exemplo, implica (convencionalmente) que o fato de Jones ser grande e ágil é, de alguma forma, excepcional. Um proferimento de “Jones é grande e ele é ágil” não implica isso. Essa diferença faz parte do uso convencional dessas palavras e sua natureza, portanto, deve ser encarada como semântica.

A natureza semântica da implicação de excepcionalidade associada à palavra “mas” fica clara quando se tenta “contradizê-la”. Considere o seguinte diálogo.

A: “Você poderia me dizer algo sobre C?”

B: “Ela é loira, mas inteligente.”

A: “Mulheres loiras não são inteligente?”

B: #“Sinceramente, eu não vejo nenhuma relação entre essas coisas.”

A segunda resposta de B é, de certa forma, “contraditória”. O uso da palavra “mas” sinaliza que B vê uma relação entre ser loira e bonita e ser inteligente, a saber: que mulheres loiras não são, em geral, inteligentes. Porém, em sua segunda resposta, B nega isso. É por isso que temos a impressão de que há uma “contradição” entre as respostas de B. O fato de que a implicação de excepcionalidade associada ao “mas” não pode ser naturalmente cancelada sugere que ela é semântica, isto é, que ela faz parte do uso convencional dessa palavra.

A implicação de familiaridade de descrições definidas é diferente da implicação de excepcionalidade da disjunção “mas”. Não apenas aquelas podem ser canceladas, mas há vários usos de descrições definidas nos quais elas simplesmente não estão presentes. Considere o seguinte diálogo.

B: A minha noiva está logo ali. Você gostaria de conhecê-la?

C: Eu não sabia que você tinha uma noiva.

B: Nós queríamos que fosse uma surpresa.

Exemplos como este são problemáticos para a concepção de familiaridade de Ludlow e Segal. Aqui, o fato de que C não sabia que B tinha uma noiva (e, portanto, não poderia estar familiarizado com ela) não faz seu proferimento parecer anômalo. É fácil pensar em exemplos como o anterior. Isso sugere que a implicação de familiaridade não pode ser semântica.

Portanto, nós concordamos com Szabó quanto ao fato de que as noções de familiaridade e de novidade não são noções semânticas. Apesar disso, discordamos dele em outros aspectos.

Szabó não apenas explica familiaridade e novidade em termos de arquivos mentais, mas ele defende que esse tipo de explicação é, de certa forma, inescapável. Aqui, defenderemos que Szabó está errado.

Considere o seguinte argumento de Szabó. Suponha que o falante e o ouvinte conhecem dois Jones. Nesse caso, argumenta Szabó, seria inapropriado

para o ouvinte proferir subitamente: “Encontrei-me com Jones ontem”. Entretanto, depois que a confusão se desfaz, o falante pode continuar a usar o nome “Jones” para se referir a pessoa em questão (“Você se lembra do Jones que tocava piano? Encontrei-me com Jones ontem”). Ele escreve: “It is easy to account for these facts by appealing to familiarity and it is hard to see how to account for them without some such principle” (Szabó, 2000, p. 45).

Sem dúvida, há outras maneiras de se explicar porque o falante pode continuar a usar o nome Jones para se referir a um certo Jones (e não a outro). A mais óbvia apóia-se na máxima da relevância. Ao proferir “Você se lembra do Jones que tocava piano?”, o falante espera que o ouvinte identifique um certo indivíduo chamado Jones. Ora, o falante estaria violando a máxima da relevância se seus usos subsequentes do nome “Jones” não fizessem referência ao “Jones que tocava piano”.

Além disso, há casos em que o falante e o ouvinte podem conhecer duas pessoas chamadas Jones e que o uso “inesperado” do nome “Jones” não será inapropriado. Suponha agora que um dos Jones que o falante e o ouvinte conhecem mora na rua ao lado e que o outro mora em Pequim (e que ambos sabem disso). Aqui, um proferimento inesperado de “Encontrei-me com Jones hoje” será “naturalmente” visto como uma referência ao Jones que mora na rua ao lado e não ao outro Jones. Não precisamos apelar para fatos acerca de familiaridade. Como um dos Jones mora em Pequim, o ouvinte simplesmente assumirá que o falante não está se referindo a ele, mas ao outro Jones, ao que mora na rua ao lado. Apelar ao princípio da familiaridade aqui não seria apenas desnecessário, mas simplesmente incorreto.

Outro ponto importante é que a implicação de familiaridade pode ser explicada em termos puramente conversacionais, sem qualquer referência à noção de arquivos mentais. Se estamos certos, então arquivos mentais são teoricamente desnecessários e temos um argumento metodológico contra a teoria de Szabó.

Tudo o que precisamos supor é que a implicação de familiaridade do artigo definido e que a implicação de novidade do artigo indefinido são implicaturas conversacionais generalizadas. Nesse caso, um proferimento de “o F é G” normalmente implicará que o F em questão já foi mencionado ou que ele é

familiar ao ouvinte e um proferimento de “um F é G” normalmente implicará que o falante está se referindo a um novo F e que o ouvinte não está familiarizado com ele; a menos, é claro, que haja razões para se supor o contrário.

Além disso, como familiaridade e novidade são noções pragmáticas, elas devem ser explicadas por meio de alguma teoria pragmática (não necessariamente a de Grice). Porém, a teoria dos arquivos mentais de Szabó não é uma teoria pragmática. Teorias pragmáticas ocupam-se com aquilo que (supondo cooperação entre falante e ouvinte) se pode racionalmente inferir de uma conversa. Porém, não há nada de inerentemente racional às ideias de abrir arquivos ou de atualizá-los (Abbott, 2003). Vale lembrar que Heim, de quem Szabó toma emprestada a teoria dos arquivos mentais, não considerava a teoria como pragmática, mas como uma teoria semântica.

Portanto, na nossa versão da teoria deflacionista, as noções de familiaridade e de novidade não desempenham nenhum papel especial. Unicidade e familiaridade são implicaturas conversacionais generalizadas. Tais noções não fazem parte da semântica de descrições definidas, mas de sua pragmática. Podemos concluir que não há nenhuma diferença semântica entre descrições definidas e indefinidas?

Prima facie, poderíamos pensar que a diferença entre usos anafóricos de “um F” e “o F” seriam semânticas. Considere os seguintes exemplos.

(47) Não consegui dormir. Por volta da meia-noite, um homem no apartamento de cima começou a tocar piano. Pouco depois, um homem começou a cantar.

(48) Não consegui dormir. Por volta da meia-noite, um homem no apartamento de cima começou a tocar piano. Pouco depois, o homem começou a cantar.

Intuitivamente, (47) e (48) implicam coisas diferentes. (47) implica que o homem que tocava piano não era o homem que cantava e (48) implica que o homem que tocava piano era o homem que cantava. A natureza dessas

implicações, entretanto, parece distinta. A implicação de (47) parece pragmática, mas a implicação de (48), semântica.

Quais são nossos motivos para sustentar que a implicação de (47) seria pragmática? Primeiro, a implicação pode ser facilmente cancelada. Considere (~47).

(~47) Não consegui dormir. Por volta da meia-noite, um homem no apartamento de cima começou a tocar piano. Pouco depois, um homem começou a cantar. No dia seguinte, descobri que se tratava de um mesmo indivíduo.

Observe que a última frase de (~47) cancela a implicação de que um homem tocava piano enquanto que um outro homem cantava. Observe também que (~47) não parece de forma nenhuma contraditória. Ora, a possibilidade de se cancelar uma implicação sugere que ela não é semântica.

Isso fica ainda mais claro quando consideramos um caso no qual a implicação não é pragmática. Considere (47*).

(47*) Não consegui dormir. Por volta da meia-noite, um homem no apartamento de cima começou a tocar piano. Pouco depois, um outro homem começou a cantar.

Em (47*) a implicação de que havia dois homens no apartamento de cima, um tocando piano e outro cantando, é indubitavelmente semântica. Ela é codificada pela palavra “outro”. Por causa disso, não podemos, agora, cancelar a implicação de (47*). Se tentarmos cancelar a implicação de (47*), teremos (~47*).

(~47*) Não consegui dormir. Por volta da meia-noite, um homem no apartamento de cima começou a tocar piano. Pouco depois, um outro homem começou a cantar. No dia seguinte, descobri que se tratava de um mesmo indivíduo.

Considere mais uma vez (48).

(48) Não consegui dormir. Por volta da meia-noite, um homem no apartamento de cima começou a tocar piano. Pouco depois, o homem começou a cantar.

Poder-se-ia pensar que, embora a implicação de (47) seja pragmática, a implicação (48) é semântica. Afinal, é difícil imaginar uma interpretação de (48) em que “um homem” e “o homem” não estejam denotando um mesmo indivíduo. Porém, um fato notável é que os mesmos argumentos que usamos para defender a natureza pragmática da implicação de (47) podem ser usadas em (48).

Primeiro, a implicação de que se tratava de um mesmo indivíduo tocando piano e cantando pode ser reforçada. Um proferimento de (48*) reforçaria esse implicação.

(48*) Não consegui dormir. Por volta da meia-noite, um homem no apartamento de cima começou a tocar piano. Pouco depois, o mesmo homem começou a cantar.

A implicação de (48) pode ser cancelada? Aparentemente, sim. Considere, por exemplo, (~48).

(~48) Não consegui dormir. Por volta de meia-noite, um homem no apartamento de cima começou a cantar. Pouco depois, o homem começou a tocar piano. Fui falar

com ele e descobri que seu braço estava quebrado e que era um outro homem que tocava piano.

Intuitivamente, a última frase de (~48) cancela a implicação de que havia uma mesma pessoa que cantava e que tocava piano. Ainda assim, (~48) não nos parece uma contradição. Ora, se estamos certos, (~48) é evidência que a implicação de (48) não é semântica, mas meramente conversacional.

Portanto, a ideia de que não há uma diferença semântica entre usos anafóricos de descrições definidas e indefinidas não é, afinal, sem plausibilidade. Por meio de outras considerações, Abbott (2008) também defende essa ideia. Isso quer dizer que não há nenhuma diferença semântica entre “um F” e “o F”? Não necessariamente. É possível que haja diferenças semânticas entre essas expressões. Porém, se estivermos certos, essas diferenças semânticas são menos comuns do que em geral se supõe.

4. 4

Predicados descritivos e unicidade

Predicados descritivos são expressões da forma “x é o F” (por exemplo, “x é o rei de Portugal”). Chateaubriand (2002, 2005) argumenta que a forma lógica de um predicado descritivo “x é o F” será dada por (49).

$$(49) Fx \ \& \ (Ay) \ (Fy \rightarrow y = x)$$

ou seja, para ele, o predicado descritivo “x é o F” é apenas um predicado F associado a uma condição de unicidade.

Argumentaremos que predicados descritivos, em geral, não estão associados a uma condição de unicidade. Eles podem ser “usados” para implicar unicidade, mas essa implicação geralmente não é semântica. As qualificações “em geral” e “geralmente” são importantes. Há casos nos quais predicados descritivos não apenas sugerem que há apenas um F, mas eles codificam essa informação.

Estes são casos nos quais o predicado descritivo contém expressões que codificam unicidade; como, por exemplo, “x é o único F” e “x é o F favorito de b”.

Entretanto, é importante observar que nesses casos a implicação de unicidade não é gerada pelo artigo definido, mas por outras palavras que estão contidas nos predicados descritivos. Isso é razoavelmente óbvio no caso de “único”. Alguma reflexão sugere que o mesmo se aplica a “favorito”, que significa simplesmente “mais querido (que os demais)”.

É curioso notar que não há nenhum argumento (direto) em favor da tese de que predicados descritivos codificam unicidade. Como Russell, Chateaubriand parece simplesmente assumir que um uso do predicado “x é o F” implica (semanticamente) “que há no máximo um F”. Como vimos na tese, essa suposição é controversa e precisa de justificação.

Chateaubriand argumenta que a sua análise de termos descritivos é superior a de Russell. Em particular, ele argumenta que sua solução ao primeiro “puzzle” de “On Denoting” é melhor do que a de Russell. Para ele, “George IV queria saber se Scott era o autor de *Waverley*” deveria ser analisada como “George IV queria saber se Scott escreveu *Waverley* & (Ay) (y escreveu *Waverley* $\rightarrow y = \text{Scott}$)” e

não como “George IV queria saber se (Ex) (x escreveu *Waverley* & (Ay) (y escreveu *Waverley* $\rightarrow y = x$) & x = Scott)”.

Contra essa análise, ele argumenta que a existência de um autor de *Waverley* não faz parte daquilo que George IV queria saber, mas era algo que ele já acreditava ou pelo menos supunha. Chateaubriand escreve: “Did George IV wish to know whether someone wrote *Waverley*? Presumably not, for he already knew (or assumed) that someone had written *Waverley*”.

Concordamos com Chateaubriand nesse ponto: a proposição “que alguém escreveu *Waverley*” não faz parte daquilo que George IV queria saber. Entretanto, seguindo o mesmo raciocínio, podemos argumentar que a implicação de unicidade também não faz. Ora, parece-nos razoável afirmar que George IV também não queria saber se no máximo Scott escreveu *Waverley*. Isso era algo que ele também sabia ou estava assumindo. Portanto, em certo sentido, tudo o que George IV queria saber era se Scott escreveu *Waverley*.

Em comunicação pessoal, 07 maio 2012, Chateaubriand escreve: “G[eorge] IV estava satisfeito que Scott é o autor de W[averley]. [E] se ele tivesse escrito apenas [uma] das novelas?”. Aqui, Chateaubriand parece estar usando “Waverley” como uma abreviação de “Waverley Novels” (ou seja, *Waverley*, *Guy Mannering*, *The Antiquary*, etc.). Nesse caso, o que George IV queria saber era se Scott era o autor de todas as “Waverley Novels” e não de apenas uma delas. Mesmo se interpretarmos o exemplo de Russell dessa forma, não é fácil ver como a implicação de unicidade entra na teoria. Afinal, vista dessa forma, “George IV queria saber se Scott era o autor de *Waverley*” será analisada como “George IV queria saber se (Ax) (x é uma *Waverley Novel* \rightarrow x foi escrita por Scott)”. Novamente, que ninguém além de Scott escreveu as *Waverley Novels* será algo que George IV supunha e não algo que ele queria saber.

Entretanto, contra Russell, suspeitamos que a capacidade que uma teoria tem em lidar com certos “puzzles” lógicos nem sempre é um bom teste para a teoria. Considere um proferimento de “Scott é o único autor de *Waverley*”. Aqui, não há dúvida de que parte do que se afirma é “que há no máximo um autor de *Waverley*”.

Considere agora (50).

(50) George IV queria saber se Scott era o único autor de *Waverley*.

Nesse caso, George IV não queria saber se Scott escreveu *Waverley*. O que ele queria saber era se alguém além de Scott escreveu *Waverley*. Em outras palavras, o que George IV queria saber era se (Ey) (y escreveu *Waverley* & $\sim y =$ Scott). O problema é que (Ey) (y escreveu *Waverley* & $\sim y =$ Scott) não faz parte da análise lógica de “Scott era o único autor de *Waverley*”. Desse raciocínio, podemos concluir que a proposição “que há no máximo um autor de *Waverley*” não faz parte de “Scott é o único autor de *Waverley*”? Provavelmente, não.

A propósito, vale reparar que diferentes verbos de atitudes proposicionais possuem diferentes propriedades “lógicas”. Considere a inferência abaixo.

George IV queria saber se Scott era o autor de *Waverley*.

#Logo, George IV queria saber se alguém era o autor de *Waverley*.

A inferência não parece correta. Entretanto, essa outra inferência parece inteiramente correta.

George IV acreditava que Scott era o autor de *Waverley*.

Logo, George IV acreditava que alguém/algo era o autor de *Waverley*.

Verbos de atitudes proposicionais são notórios pela sua capacidade de “bloquear” certas regras lógicas. Entretanto, diferentes verbos de atitudes proposicionais estão associados a diferentes comportamentos lógicos. O verbo “acreditar”, por exemplo, admite uma certa forma da regra da generalização existencial que a locução verbal “querer saber se” não admite.

Além disso, devemos ressaltar que o “puzzle” que estamos examinando não depende de descrições definidas. Ele reaparece mesmo se consideramos apenas nomes próprios e outras expressões referenciais. Isso fica claro quando substituímos a descrição “o autor de *Waverley*” pela expressão “Sir Walter”.

George IV queria saber se Scott e Sir Walter são a mesma pessoa

Sir Walter = Scott.

Logo, George IV queria saber se Scott e Scott são a mesma pessoa.

Portanto, “puzzles” gerados por verbos de atitudes proposicionais não são um bom guia para a semântica de descrições definidas. Por si mesmos, eles oferecem enormes dificuldades e, normalmente, não é claro que tipo de conclusões devemos tirar deles. De todo modo, se insistirmos em usá-los como um teste para teorias, veremos que a implicação de unicidade não faz parte da semântica de descrições definidas.

Chateaubriand também sugere que pelo menos alguns predicados da forma “x é um F” estariam associados a uma condição de unicidade. Sobre a análise que Russell faz da frase “I met a man”, ele escreve:

But why [Ex(I met x & x is human)] and not and not [E!x(I met x & x is human)], where ‘E!x’ means ‘there is a unique x’? For, given that I did meet some definite man, as Russell says, then I can go on to assert something like ‘the man I met wore a yellow hat’, whereas a simple existential statement does not license such use of the definite article. Thus, the assertion Ex(x is a philosopher & x is tall) does not license the use of ‘the tall philosopher’. (2005, pp. 8-9, com modificações)

Em certo sentido, a resposta à questão de Chateaubriand é direta: “Eu encontrei um homem” não deve ser analisada como “(E!x) (eu encontrei x & x é humano)” porque essas frases expressam proposições diferentes. Prova disso é que alguém poderia afirmar: “Eu encontrei um homem. Logo depois, eu encontrei um outro homem”, mas não: “Eu encontrei apenas um homem. Logo depois, eu encontrei um outro homem”. A primeira afirmação pode ser verdadeira, mas a segunda certamente não é (ela é uma contradição). Isso fica claro quando reescrevemos as frases acima usando a linguagem da lógica de predicados.

(Ex) (eu encontrei x & x é humano & (Ey) eu encontrei y & y é humano & \sim x = y)

(E!x) (eu encontrei x & x é humano & (Ey) eu encontrei y & y é humano & \sim x = y)

Porém, ainda precisamos explicar como a frase “Eu encontrei um homem” (que, na nossa análise, não implica unicidade) pode ser acompanhada por uma outra frase encabeçada por uma descrição definida anafórica que supostamente

implica unicidade. A estratégia aqui é atacar a suposição que a frase “o homem que eu encontrei usava uma chapéu amarelo” implica unicidade. Para nós, a função do artigo definido nesse caso não seria expressar unicidade, mas apenas indicar que ambas as frases estão tratando dos mesmos objetos.

Se estamos corretos, a análise de “Eu encontrei um homem. O homem que eu encontrei usava um chapéu amarelo” será dada por (51) (cf. Geach, 1962).

(51) (Ex) (x é um homem & eu encontrei x & x usava um chapéu amarelo)

Além disso, nem sempre é verdade que “uma simples afirmação existencial não permite o uso do artigo definido”. Considere o seguinte exemplo.

(52) Pelo menos um professor será contratado pela PUC-Rio. O professor lecionará “Introdução à Filosofia” (IF).

A primeira frase de (52) é uma frase existencial simples, “(Ex) (x é professor & x será contratado pela PUC-Rio)”. Isso, todavia, não nos impede de usar o artigo definido em seguida. Observe que a frase “O professor [que será contratado pela PUC-Rio] lecionará “IF” não implica unicidade. Ela poderá ser verdadeira mesmo se a PUC-Rio contratar dois ou mais professores.

Novamente, isso fica quando examinamos a forma lógica de (52).

(52*) Ex (x é professor & x será contratado pela PUC-Rio & x lecionará “IF”)

Há outras razões para se supor que a implicação de unicidade associada ao artigo definido não é semântica. Considere um proferimento de (53).

(53) A França tem um rei e ele é calvo.

Estritamente, um proferimento de (53) apenas sugere que a França tem apenas um rei. Ele não afirma isso. Nesse caso, a implicação de unicidade é meramente pragmática. Ela resulta do fato de que, normalmente, assumimos que um país tem apenas um rei.

É interessante notar que um proferimento de (53) parece afirmar o mesmo que um proferimento de “O rei da França é calvo”. Por que então não supor que a implicação de unicidade é pragmática em ambos os casos? Para nós, isso seria evidência de que a implicação de unicidade de ambas as frases é meramente pragmática.

Considere agora o caso de frases existenciais negativas, como “O atual rei da França não existe”. De acordo com Russell, este exemplo deveria ser analisado da seguinte forma:

$$\sim(\text{Ex})(x \text{ é atualmente rei da França} \ \& \ (\text{Ay}) \ y \text{ é rei da França} \rightarrow y = x))$$

Acreditamos que frases existenciais negativas não devem ser analisadas dessa forma, pois elas não codificam unicidade. Para defender esse ponto de vista vamos apresentar dois argumentos: o argumento do escopo e o argumento da paráfrase.

Considere o seguinte exemplo.

(54) Todos os eleitores votaram num candidato.

A frase (54) é ambígua na língua portuguesa. Prova disso é que ela é comumente interpretada de formas diferentes. Ela pode ser usada para expressar a proposição (54*) ou para expressar a proposição (54**).

(54*) $(\text{Ax})(x \text{ é eleitor} \rightarrow (\text{Ey})(y \text{ é candidato} \ \& \ x \text{ votou em } y))$

(54**) $(\text{Ey})(y \text{ é candidato} \ \& \ (\text{Ax})(x \text{ é eleitor} \rightarrow (x \text{ votou em } y))$

Em (54*), afirma-se que todos os eleitores votaram num candidato qualquer; enquanto que, em (54**), afirma-se que todos os eleitores votaram num mesmo candidato.

Suponhamos que “O atual rei da França não existe” tivesse a forma lógica proposta por Russell:

(55) $\sim((\text{Ex})(x \text{ é agora rei da França} \ \& \ (\text{Ay})(y \text{ é rei da França} \rightarrow y = x))$)

Nesse caso, ela deveria ser ambígua entre (55*) e (55**).

(55*) $\sim(\text{Ex})(x \text{ é agora rei da França} \ \& \ (\text{Ax})(\text{Ay})(y \text{ é rei da França} \rightarrow y = x))$

(55**) $(\text{Ex})(x \text{ é agora rei da França} \ \& \ \sim(\text{Ax})(\text{Ay})(y \text{ é rei da França} \rightarrow y = x))$

Em (55*), o escopo da negação é maior que o do quantificador existencial e, em (55**), o escopo da negação é menor que o escopo desse quantificador.

Entretanto, (55) nunca é usada para comunicar a proposição que (55**) expressa. Ninguém profere (55) para comunicar a proposição “que existem pelo menos dois reis da França”. Porém, se (55) tivesse a forma lógica proposta por Russell, deveríamos esperar exatamente isso.

Não apenas considerações de escopo sugerem que descrições não implicam unicidade. Considerações acerca de sua paráfrase também. Observe que “O atual rei da França não existe” parece significar o mesmo que “Não existe um rei da França (agora)” e “A França não tem (atualmente) um rei”.

Além disso, se (55) codificasse unicidade, deveríamos esperar que ela admitisse paráfrases como “Não existe um único rei da França (agora)” e “A França não tem (atualmente) apenas um rei”. Essas paráfrases, entretanto, parecem inapropriadas, pois elas sugerem algo que (55) não sugere: que a França tem dois ou mais reis. Concluimos, portanto, que quando uma pessoa afirma que “O F não existe”, ela está simplesmente afirmando que “ $\sim(\text{Ex})(\text{Fx})$ ”, ou seja, que nada é F.

Para nós, a plausibilidade da ideia que predicados da forma “x é o F” implicam unicidade depende fortemente da escolha de exemplos. Predicados (de um ou mais lugares) como “x é o autor de b”, “y é o rei de c”, “z é o presidente de d” sugerem, de fato, que b foi escrito por apenas uma pessoa, que c tem apenas um rei e que d tem apenas um presidente, mas a razão para isso não é semântica. A não ser que haja alguma razão especial, assumimos que estes predicados

implicam unicidade porque nossas crenças a respeito do mundo influenciam a maneira como os interpretamos.

A não ser que haja alguma razão para se pensar o contrário, supomos que um livro foi escrito por apenas uma pessoa e que um país (num certo instante) é governado por no máximo um presidente ou um rei. Estas razões não dependem do significado do artigo definido, mas de nossas crenças a respeito do mundo (e, obviamente, dos nossos interlocutores).

Mesmo assim, é possível conceber casos nos quais mesmo esses predicados podem ser usados sem qualquer sugestão de unicidade ou, pelo menos, casos nos quais esses predicados podem ser afirmados de mais de um indivíduo (num mesmo contexto), mas sem contradição. Considere o seguinte diálogo.

A: “Quem é aquele senhor”?

B: “Aquele é o autor de *Principia Mathematica*.” (apontando para Russell)

A: “E aquele outro?”

B: “Aquele também.” (apontando para Whitehead)

Ambas as falas de B parecem em ordem. Entretanto, se o predicado “x é o autor de *Principia Mathematica*” codificasse unicidade, os proferimento de B seriam contrários. O primeiro expressaria a proposição “que apenas Russell escreveu *Principia Mathematica*” e o segundo, “que apenas Whitehead escreveu *Principia Mathematica*”. Para nós, o diálogo evidencia o fato de que a implicação de unicidade associada ao predicado “x é o autor de *Principia Mathematica*” é pragmática e que, portanto, ela pode ser (conversacionalmente) cancelada.

Se se tratasse de uma implicação semântica, seu cancelamento tornaria o diálogo “anômalo”. Isso fica claro quando consideramos o predicado “x é o único autor de *Principia Mathematica*”. Nesse predicado, a implicação de unicidade é indubitavelmente semântica, mas gerada pela expressão “único”. Considere agora o diálogo, com a modificação proposta.

A: “Quem é aquele senhor”?

B: “Aquele é o único autor de *Principia Mathematica*.” (apontando para Russell)

A: “E aquele outro?”

B: “#Aquele também.” (apontando para Whitehead)

Aqui, as falas de B não estão em ordem. Elas claramente se contrariam. Na primeira fala de B, ele afirma que apenas Russell é autor de *Principia Mathematica*, enquanto que na segunda, ele afirma que Whitehead também é autor da mesma obra. Para nós, essas diferenças são forte evidência que predicados da forma “x é o único F” codificam unicidade, enquanto que predicados da forma “x é o F” apenas “sugerem” ou “implicam (conversacionalmente)” unicidade.

(Em comunicação pessoal, 07 maio 2012, Chateaubriand considerou o exemplo acima “muito pouco natural”. Não é fácil rejeitar esse tipo de crítica. Afinal, o que não parece natural para uma pessoa pode parecer natural para outra. Talvez a seguinte adaptação torne o exemplo mais natural.

A: “Quem é aquele senhor” (apontando para uma certa pintura)?

B: “Aquele é o avô de Bertrand Russell.

A: “E aquele outro? (apontando para uma outra pintura)

B: “Aquele também.”)

Além disso, se o predicado “x é o F” codificasse a informação de que há apenas um F, por que o predicado “x é o único F” não nos pareceria redundante? A expressão “metades iguais” é claramente redundante, pois a palavra “metade” já codifica a informação de (duas) parte iguais. É por isso que a frase “Cortou a maçã em duas metades iguais” soa tão mal. Quem defende que o predicado “x é o F” codifica unicidade precisa explicar essa assimetria.

Outro ponto importante é o seguinte. Há casos nos quais a implicação de unicidade da teoria de Chateaubriand gera resultados contraintuitivos.

Considere o seguinte exemplo.

(56) Hinckley tentou assassinar o presidente dos E.U.A.

Sem dúvida, essa frase expressa uma proposição verdadeira. John Hinckley tentou assassinar Ronald Reagan em 1981. Considere, entretanto, como a teoria de Chateaubriand analisaria (56).

(56*) Hinckley tentou assassinar um presidente dos E.U.A. & (Ay) (y tentou assassinar um presidente $\rightarrow y = \text{Hinckley}$)

O problema com (56*) é que ela expressa uma proposição falsa. Parte do que ela afirma é que “(Ay) (y tentou assassinar um presidente dos E.U.A. $\rightarrow y = \text{Hinckley}$)”, ou seja, que ninguém além de Hinckley tentou assassinar um presidente dos E.U.A. Isso é sabidamente falso (e. g., Richard Lawrence tentou assassinar Andrew Jackson em 1835 e Giuseppe Zangara tentou assassinar Franklin D. Roosevelt em 1933).

Há várias respostas possíveis a essa objeção. A mais óbvia consiste em argumentar que a descrição foi usada de forma elíptica. “O presidente dos E.U.A.” abrevia uma descrição mais longa como “o presidente dos E.U.A. em 1981” ou “o presidente dos E.U.A. na época”. O problema com essa resposta é que ela é insatisfatória: o problema apontado torna-se agora um problema de indeterminação proposicional. Qual é a proposição que (56) expressou?

Suponha que o falante que proferiu (56) está confundindo fatos históricos. Ele acredita que Hinckley tentou assassinar Kennedy e não Reagan. Nesse caso, a descrição não elíptica que ele tinha em mente (se é que tinha uma) poderia ser algo como “o presidente dos E.U.A. em 1963”, o que também resultaria numa proposição falsa.

Outra resposta possível é argumentar a teoria aplica-se apenas a predicados da forma “x é o F” e que “tentou assassinar o presidente dos E.U.A” não é um predicado dessa forma. Isso é verdade. Entretanto, essa linha de defesa deixa a teoria aberta a outra forma de ataque, a saber: que a teoria de Chateaubriand é menos geral que as teorias quantificacionais. Afinal, há uma simples análise disponível para o deflacionista:

(56**) Ex (x foi presidente dos E.U.A & Hinckley tentou assassinar x)

Poder-se-ia argumentar que há algo de “ah hoc” nessa análise. Afinal, analisamos (9) como “Ex (x foi presidente...)” e não como “Ex (x é presidente...)”. Se tivéssemos escolhido a segunda forma (usando o verbo no presente), a análise se mostraria falsa (Hinckley não tentou assassinar Obama). Novamente, isso é verdade. Entretanto, observe que isso também é um problema para a teoria de Chateaubriand. Afinal, ela também precisa explicar como é possível analisar a frase “Hinckley tentou assassinar um presidente dos E.U.A”, sem parafraseá-la como “Ex (x foi presidente dos E.U.A & Hinckley tentou assassinar x)”.

Umas das considerações usadas em Chateaubriand (2005) para favorecer a interpretações predicativas de “x é o F” consiste em apelar para a noção de “naturalidade”. Para ele, sua análise de “x é o F” seria mais “natural” que sua rival quantificacional.

Embora o autor não considere a posição deflacionista, parece razoável supor que ele também a consideraria menos natural que a sua. Apesar das considerações a seguir, argumentaremos que a teoria de Chateaubriand ganharia mais naturalidade caso abandonasse a condição de unicidade.

Como já afirmamos, questões acerca do que é ou não natural são difíceis. O que parece natural para uma pessoa pode não parecer natural para outra pessoa e quase nunca sabemos como decidir. Mesmo assim, vale apontar que a interpretação deflacionista é mais natural que a interpretação de Chateaubriand (pelo menos, quando apresentada de uma certa maneira).

Considere a frase “Scott é o autor de *Waverley*”. Para Chateaubriand, essa frase seria mais naturalmente analisada como “Scott escreveu *Waverley* & (Ay) (y escreveu *Waverley* \rightarrow x = Scott)”. Mesmo supondo que essa análise é natural, é fácil ver que essa (suposta) naturalidade depende, em parte, de como decidimos traduzir a condição de unicidade. Considere a seguinte análise.

Scott escreveu *Waverley* e se qualquer outra pessoa tiver escrito *Waverley*, ela será idêntica a Scott.

A análise acima parece bem pouco natural (duvidamos que George IV queria saber se Scott escreveu *Waverley* e se qualquer outra pessoa tivesse escrito *Waverley*, ela seria idêntica a Scott). Apesar disso, a análise acima parece capturar

corretamente as condições de verdade que a teoria de Chateaubriand associa à frase “Scott é o autor de *Waverley*”.

Para o deflacionista, a frase em questão seria analisada como “(Ex) (x escreveu *Waverley* & x = Scott)”. Essa análise pode ser apresentada como “Alguém escreveu *Waverley*, a saber: Scott”. Para nós, essa análise parece natural ou, pelo menos, mais natural que “Scott escreveu *Waverley* e se qualquer outra pessoa tiver escrito *Waverley*, ela é idêntica a Scott”. É verdade que o mesmo tipo de argumento que apresentamos pode ser usado pelo objetor da teoria deflacionista. Ele poderia argumentar que não há nada de natural com “Existe pelo menos uma coisa que escreveu e que é idêntica a Scott”.

De toda forma, sugerimos que a teoria de Chateaubriand ficaria melhor sem a condição de unicidade. Vistos dessa forma, predicados descritivos não passariam de predicados “regulares”, ou seja, a análise lógica de “x é o F” seria apenas “Fx”. Afinal, o que pode ser mais natural que analisar “Scott é o autor de *Waverley*” apenas como “Scott escreveu *Waverley*”?

Chateaubriand poderia rejeitar essa ideia, argumentando que “Scott é o autor de *Waverley*” e “Scott escreveu *Waverley*” estão associadas a diferentes condições de verdade. A frase “Scott escreveu *Waverley*” seria verdadeira mesmo que outra pessoa, além de Scott, tivesse escrito *Waverley*, mas a frase “Scott é o autor de *Waverley*” não seria verdadeira nesse caso. “Scott é o autor de *Waverley*”, continuaria o argumento, seria verdadeira apenas se Scott escreveu *Waverley* e ninguém mais escreveu. O deflacionista, entretanto, dispõe de alguns contraexemplos aqui. Considere frases como “Aquele é o carteiro” e “Carlos não é o pedreiro. Ele é o eletricista”. Se quisermos manter a ideia de que predicados descritivos são predicados, seria mais natural interpretar essas frases sem qualquer implicação de unicidade, ou seja, como “Ca” e “ $\sim Pc \ \& \ Ec$ ”, respectivamente.